



Simulado Especial **TRT AL**

Analista Judiciário - Área Judiciária
e Especialidade Oficial de Justiça
Avaliador Federal
Pós-Edital

PODER JUDICIÁRIO FED
JUSTIÇA DO TRABAL
TRIBUNAL REGIONAL
19ª REG

Simulado Especial

Simulado TRT AL – Analista Judiciário – Área Judiciária e Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT AL;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-AJ-OJA-12-11>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Fabrício Dutra

Sabemos que o processo da adoção no Brasil ainda é muito complicado e burocrático. Além disso, após o processo de adoção, é imprescindível todo o processo de adaptação da criança adotada e da família, sendo necessária, neste período, uma convivência maior dos envolvidos.

A licença maternidade ou licença gestante consiste na garantia constitucional que a mulher possui de uma licença remunerada para que possa se dedicar em tempo integral à criança. Garantia esta, que também se aplica aos servidores públicos.

Quando a mulher adotante é empregada pelo regime celetista, ou quando é segurada do INSS (como no caso das autônomas que contribuem), elas têm o direito ao benefício da licença-maternidade no prazo de 120 (cento e vinte dias).

No ano de 2008, o Governo, com o objetivo de ampliar esse prazo, editou a Lei nº 11.770/2008 criando o programa “Empresa Cidadã”. Em troca de incentivos fiscais, a empresa pode conceder à empregada uma licença maternidade estendida de 180 (cento e oitenta) dias.

As empresas não são obrigadas a aderirem ao programa. O art. 5º da Lei nº 11.770/2008 previu que a pessoa jurídica que aderir ao programa “Empresa Cidadã” poderá deduzir do imposto de renda o total da remuneração integral da empregada pago nos dias de prorrogação de sua licença-maternidade. Referida dedução diz respeito somente aos 60 (sessenta) dias de prorrogação.

No âmbito da Administração Pública, que rege os direitos dos servidores públicos, existe o Decreto nº 6.690/2008 que institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante.

Ocorre que a adesão ao referido programa é pequena, já que a dedução do imposto de renda só vale para empregadores que sejam pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, o que exclui a grande maioria das empresas deste benefício. Nessa linha as empresas públicas não possuem qualquer incentivo para conceder a licença prorrogada. Em virtude disso, a adesão ao programa é muito baixa.

01. Sobre os aspectos gramaticais presentes no primeiro e no segundo parágrafos, assinale a alternativa correta.

- a) No primeiro período, há duas ocorrências de sujeito desinencial.
- b) A vírgula após a expressão ‘disso’ é de uso facultativo.
- c) A expressão ‘sendo necessária’ poderia ser corretamente grafada da seguinte forma: ‘sendo necessário’.
- d) No início do segundo parágrafo, se o verbo ‘consiste’ fosse reescrito no plural ‘consistem’, a correção gramatical seria prejudicada.
- e) Em ‘também se aplica’, a partícula ‘se’ tem valor reflexivo.

02. Em relação às ideias apresentadas no texto, assinale a alternativa correta:

- a) É praticamente impossível realizar uma adoção no Brasil.
- b) Para ter a licença-maternidade no prazo de 120 dias, a mulher adotante precisa obrigatoriamente ser empregada pelo regime celetista.
- c) A constituição garante às mães, celetistas ou servidoras públicas, um tempo para se dedicar aos filhos.
- d) As empresas, a partir de 2008, foram compelidas a aumentar o período de licença maternidade.
- e) O programa ‘Empresa Cidadã’ contou grande número de adesões pelo país.

03. Sobre os aspectos gramaticais presentes no terceiro e no quarto parágrafos, assinale a alternativa correta.

- a) No terceiro parágrafo, a conjunção ‘Quando’ introduz oração que apresenta valor de ‘condição’.
- b) No período ‘No ano de 2008, o Governo, com o objetivo de ampliar esse prazo, editou a Lei nº 11.770/2008 criando o programa “Empresa Cidadã”.’, todas as vírgulas foram empregadas de acordo com a mesma regra.
- c) Na expressão ‘No ano de 2008,’ a vírgula foi empregada com valor explicativo.
- d) O termo ‘ao benefício da licença-maternidade’, no quarto parágrafo, exerce a função de objeto indireto.
- e) O termo ‘à empregada’ pode ser reescrito, com manutenção da correção gramatical e dos sentidos originais, da seguinte forma: à qualquer empregada.

04. Em relação à expressão destacada em “Ocorre que a adesão ao referido programa é pequena, já que a dedução do imposto de renda só vale para empregadores que sejam pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, o que exclui a grande maioria das empresas deste benefício.”, assinale a alternativa correta.

- a) Ela apresenta valor de consequência e introduz oração subordinada adverbial.
- b) Ela poderia ser substituída, com manutenção gramatical, por ‘por isso’.
- c) Ela apresenta valor de causa e poderia ser substituída por ‘na medida em que’.
- d) Ela introduz oração coordenada sindética explicativa.
- e) Ela poderia ser substituída corretamente por ‘dado que’ ou ‘de modo que’.

05. a empresa pode conceder à empregada uma licença maternidade estendida de 180 (cento e oitenta) dias.

Sobre a ocorrência de acento grave de crase no período acima, assinale a alternativa correta.

- a) O acento grave continuaria obrigatório se fosse inserido o termo ‘cada’, antes de ‘empregada’.
- b) O acento grave é facultativo.
- c) O acento grave continuaria acontecendo se fosse inserido o pronome ‘mesma’ antes do termo ‘empregada’.
- d) O acento grave é decorrente da presença de uma locução feminina.
- e) O acento grave seria facultativo, se fosse inserido o termo ‘essa’, antes de ‘empregada’.

06. Em virtude disso, a adesão ao programa é muito baixa.

A expressão destacada acima apresenta valor semântico de:

- a) causa
- b) explicação
- c) concessão
- d) conformidade
- e) consequência

07. No âmbito da Administração Pública, que rege os direitos dos servidores públicos.

No texto acima, o termo que exerce a função sintática de:

- a) objeto direto
- b) predicativo do sujeito
- c) adjunto adnominal
- d) sujeito
- e) predicativo do objeto

08. Ocorre que a adesão ao referido programa é pequena, já que a dedução do imposto de renda só vale para empregadores que sejam pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, o que exclui a grande maioria das empresas deste benefício. Nessa linha as empresas públicas não possuem qualquer incentivo para conceder a licença prorrogada. Em virtude disso, a adesão ao programa é muito baixa.

Sobre o fragmento acima, assinale a alternativa correta:

- a) O termo ‘que’, na sua primeira ocorrência, é um pronome indefinido.
- b) A expressão ‘a maioria das empresas’ é um sujeito partitivo.
- c) O termo ‘muito’ é um pronome indefinido.
- d) Poderia ser inserida corretamente uma vírgula, após o termo ‘linha’.
- e) O termo ‘ao programa’ funciona como adjunto adnominal.



09. Sobre o quadrinho, acima julgue os itens a seguir:

- I. O questionamento feito pelo personagem deriva das precárias condições de trabalho do Brasil.
- II. O termo 'por justiça' funciona como complemento nominal.
- III. A expressão 'Pois então...' tem valor retórico.

Está correta ou estão corretas:

- a) Todas
- b) II e III
- c) II
- d) I e II
- e) III

10. O nome foi sendo alterado para...

Assinale abaixo a oração em que ocorre a mesma voz verbal que a que ocorre no período acima.

- a) Sempre achei que o nosso país fosse parecido com o dele.
- b) Acreditou-se em tudo o que você disse.
- c) Hoje ele foi completamente influenciado pelos amigos.
- d) Ele era bastante atrevido.
- e) As crianças têm feito um bom trabalho.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocelin

11. Considere as seguintes sentenças:

- Seja uma pessoa atenta.
- Se eu me dedicar aos estudos, serei aprovado.
- Alguém é técnico judiciário do TRT AL.
- Esta frase é uma falsidade.
- $(2\%)^2 > 3\%$.

Quantas dessas sentenças são proposições?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

12. Considere a afirmação: Se envernizei porta, então não pude lavar a louça. Uma afirmação equivalente a esta é

- a) Se pude lavar a louça, então não envernizei porta.
- b) Se não envernizei porta, então pude lavar a louça.
- c) Ou envernizei porta ou não pude lavar a louça.
- d) Envernizei porta e não pude lavar a louça.
- e) Pude lavar a louça e não envernizei porta.

13. Considere verdadeiras as afirmações:

- Eduardo é engenheiro ou Pedro é pedreiro.
- Saulo é soldador ou Eduardo não é engenheiro.
- Caio é contador ou Pedro não é pedreiro.

Caio não é contador, portanto,

- a) Pedro é pedreiro e Eduardo é engenheiro.
- b) Pedro não é pedreiro e Eduardo não é engenheiro.
- c) Saulo é soldador e Eduardo é engenheiro.
- d) Eduardo é engenheiro e Saulo não é soldador.
- e) Pedro não é pedreiro e Saulo não é soldador.

14. Considere os seguintes conjuntos A e B:

$$A = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

$$B = \{2, 3, 5, 7\}$$

Levando-se em consideração o conjunto universo $U = \{x \in \mathbb{N} \mid 1 \leq x \leq 8\}$, assinale a alternativa que apresenta o conjunto $(A - B)^c$, em que X^c denota o conjunto complementar de X .

- a) \emptyset
- b) $\{1, 4, 6\}$
- c) $\{2, 3, 5, 7\}$
- d) $\{1, 2, 3, 5, 7\}$
- e) $\{2, 3, 5, 7, 8\}$

15. Em um grupo de adolescentes que gostam somente de sinuca ou somente de bicicross, a razão entre o número de adolescentes que gostam de sinuca e de bicicross é 7 para 4. Sabendo-se que o número de adolescentes que gostam de sinuca é 33 unidades maior do que o número de adolescentes que gostam de bicicross, o número total de adolescentes do grupo é:

- a) 77.
- b) 88.
- c) 99.
- d) 110.
- e) 121.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
 - II. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, poderá ser apurado via sindicância.
 - III. A advertência e a suspensão terão sua ação disciplinar prescrita em 2 (dois) anos, a contar da data em que o fato se tornou conhecido.
 - IV. A absolvição criminal que negue a existência do fato, ou sua autoria, afasta a responsabilidade administrativa do servidor.
- a) Apenas I e II.
 - b) Apenas II e IV.
 - c) Apenas I, II e III.
 - d) Apenas I, III e IV.
 - e) Apenas II, III e IV.

17. Assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 9.784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- a) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegada.
- b) As matérias de competência privativa do órgão não podem ser objeto de delegação.
- c) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
- d) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- e) Em regra, a competência é renunciável, uma vez que se admite delegação e avocação.

18. No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a Lei nº. 8.429/1992 e suas atualizações.

- a) Caso não haja a comprovação de ato doloso com fim ilícito no exercício da função ou desempenho de competências públicas, não haverá, por conseguinte, a responsabilidade por cometimento de improbidade administrativa.
- b) Configura-se improbidade administrativa a ocorrência de condutas dolosas previamente tipificadas, compreendidas como aquelas que são dotadas de vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.
- c) Não configura improbidade administrativa a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
- d) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, mesmo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos.
- e) Caso um particular celebre convênio, ou contrato como o de gestão, com a administração pública, recebendo recursos de origem pública, essa relação estará sujeita à sanções previstas pela referida Lei.

19. Josefina é pessoa com deficiência e deseja saber sobre o que prevê a Lei nº 13146/2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sobre sua capacidade civil. Nesses termos, julgue os itens a seguir.

- I. Tal norma reformulou a teoria das incapacidades, de modo que Josefina deve ser, presumidamente, tida como pessoa natural dotada de capacidade civil plena.
- II. Caso Josefina estivesse curatelada, poderia realizar uma laqueadura sem a autorização de seu curador.
- III. Josefina, estando sob curatela, ao requerer a emissão de uma nova via de seu documento de Registro Geral, deverá contar com a presença do curador devido à seriedade do pedido.
- IV. É facultada à pessoa com deficiência a adoção do processo de tomada de decisão apoiada, que substituirá a curatela nas situações onde o indivíduo se encontra impossibilitado de exprimir a vontade, relativamente incapaz.

Está (ão) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) III e IV
- e) I, II e IV.

20. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 19ª Região, é correto afirmar exceto:

- a) A antiguidade dos Desembargadores e Juízes conta-se, para quaisquer efeitos, a partir do efetivo exercício.
- b) João e Paula são irmãos e magistrados junto ao TRT da 19ª Região, caso um deles vote em um julgamento, excluirá a participação do outro no julgamento.
- c) Os Desembargadores do Tribunal tomarão posse perante o Tribunal Pleno ou perante o Presidente do Tribunal dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo idêntico o prazo para sua entrada em exercício.
- d) O quórum para funcionamento do Tribunal Pleno é a presença da metade mais um do número de seus membros, incluído o Presidente da sessão, ou dividido em Turmas.
- e) Para que haja a instalação do Tribunal Pleno é preciso o quórum de, no mínimo, 3 (três) magistrados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.
- b) É plena a liberdade de associação para fins ilícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- d) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação depende de licença dos órgãos de controle.
- e) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização prévia do poder público.

22. Entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, consta o da eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Esse direito social é previsto expressamente na Constituição Federal para o âmbito das empresas com mais de

- a) 700 empregados.
- b) 500 empregados.
- c) 100 empregados.
- d) 200 empregados.
- e) 50 empregados.

23. Simão e seus primos Silas, Moisés e Diego pretendem trabalhar na empresa W objetivando juntar recursos financeiros para uma viagem internacional quando completarem 15 anos de idade. Considerando que Simão possui quatorze anos e dois meses de idade, Silas possui treze anos, Moisés doze anos e Diego quatorze anos e seis meses de idade, de acordo com a Constituição Federal,

- a) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
- b) todos podem exercer o trabalho, mas Silas e Moisés só podem exercer na condição de aprendiz.
- c) somente Simão e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
- d) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém Silas só pode exercer na condição de aprendiz.
- e) todos podem exercer o trabalho, mas Moisés só pode exercer na condição de aprendiz.

24. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, exerce, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de:

- a) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.
- b) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
- c) segundo grau, cujas decisões não terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
- d) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- e) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Supremo Tribunal Federal.

25. No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal:

- a) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.
- b) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- d) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- e) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

26. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.

- a) A eficiência orienta que a atuação e o controle da Administração Pública pelo resultado não exige presteza ou perfeição na sua atividade administrativa.
- b) A Súmula Vinculante 13, que trata sobre o nepotismo, aplica-se, inclusive, aos cargos políticos.
- c) O princípio da publicidade exige que todos os atos da Administração pública devem ser de conhecimento dos administrados, para que possam exercer o devido controle.
- d) A impessoalidade é o princípio de direito administrativo que objetiva o tratamento igualitário aos administrados por parte da Administração, representando um desdobramento do princípio da isonomia.
- e) A moralidade comum pauta as condutas ocorridas no âmbito interno da Administração Pública, enquanto a moral administrativa orienta as atividades externas, realizadas no convívio social entre particulares.

27. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/1992, não se enquadra como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;
- b) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- c) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;
- d) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;
- e) agir illicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

28. Assinale a alternativa incorreta sobre a Lei n. 14.133/2021:

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista estão obrigadas a licitar nos moldes previstos na Lei 14.133/21.
- b) O processo licitatório tem por objetivo, dentre outros, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.
- d) Os tipos de licitação são critérios adotados para a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.
- e) A definição do agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

29. Sobre o Regime Jurídico Único do servidor, assinale a alternativa correta:

- a) Para ocupar cargo de provimento efetivo regido pela Lei nº 8.112/1990, torna-se prescindível que o interessado seja aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) Trata-se de ato discricionário da Administração Pública a prorrogação do prazo de validade de concurso público, por quantas vezes entender conveniente e oportuno.
- c) Até 20% das vagas em concursos públicos federais devem ser reservadas para pessoas com deficiência.
- d) O portador de visão monocular não pode concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência em concursos públicos.
- e) O prazo para o servidor entrar em exercício é de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

30. No que se refere à responsabilidade Extracontratual do Estado, assinale a alternativa incorreta:

- a) A responsabilidade civil do Estado não se confunde com a responsabilidade civil, penal ou administrativa dos agentes públicos responsáveis pelo dano.
- b) Em regra, a responsabilidade civil do Estado é de natureza objetiva.
- c) Pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, inclusive àqueles que não estejam usufruindo dos serviços prestados.
- d) As empresas públicas e sociedades de economia mista, exploradoras de atividades econômicas, não são alcançadas pela responsabilidade civil objetiva.
- e) A teoria do órgão declara que os atos praticados pelos agentes públicos não são imputados ao Estado, já que este não possui condições de se expressar por conta própria.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

31. O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

32. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) agravos de instrumento retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.
- c) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
- d) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
- e) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

33. Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta (art. 676, parágrafo único, do CPC de 2015).
- b) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, ex officio, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.
- c) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
- d) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
- e) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

34. Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

35. A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência

- a) a empresa Z, somente.
- b) a empresa X, somente.
- c) as empresas X e Y, somente.
- d) as empresas Y e Z, somente.
- e) as empresas X, Y e Z.

36. Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
- d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.
- e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

37. No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.
- b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.
- c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.
- d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

38. Para processar e julgar uma ação reclamatória trabalhista ou um dissídio coletivo, tanto o magistrado do trabalho como o desembargador do Tribunal Regional deverão reger-se pelas normas estabelecidas

- a) na Consolidação das Leis do Trabalho e, nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com essas normas.
- b) no Código de Processo Civil e, de forma subsidiária, por normas gerais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) na Constituição Federal e no direito processual comum, diante da ausência de regras específicas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) somente no Código Processual Civil, conforme o poder de direção geral do processo determinado aos Juízos e Tribunais do Trabalho.
- e) na Consolidação das Leis do Trabalho ou na Lei de Execuções Fiscais, ou ainda, no Código Processual Civil, cabendo a escolha às partes, conforme a situação, e de acordo com a fase processual.

39. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre a organização dos Poderes do Estado, com capítulo próprio sobre o Poder Judiciário. De acordo com tais normas, são órgãos da Justiça do Trabalho:

- a) Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.
- b) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça e Varas do Trabalho.
- c) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho.
- d) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho atuando em Varas do Trabalho.
- e) Supremo Tribunal do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal e Varas do Trabalho.

40. Sobre a organização, jurisdição e competência da Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que

- a) a Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra decorrentes da relação de trabalho, visto que por envolver trabalho marítimo a competência é da Justiça Federal.
- b) a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, foi contratado, independentemente do local onde prestou seus serviços ao empregador.
- c) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- d) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.
- e) a Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais previdenciárias e de imposto de renda, decorrentes das sentenças que proferir.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo. Considerando o que prevê a CLT e a jurisprudência do TST, será devido o adicional de insalubridade:

- a) ao trabalhador em atividade a céu aberto por sujeição à radiação solar.
- b) ao trabalhador que se encontrar exposto a substância insalubre, mesmo após sua descaracterização por ato da autoridade competente.
- c) quando se estiver diante da exposição a ruído contínuo ou outro agente insalubre acima do patamar fixado pelo Ministério do Trabalho, sendo que o fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não irá afastar automaticamente seu pagamento.
- d) quando o trabalhador estiver exposto a agentes insalubres e também perigosos, optando pelo recebimento do adicional de periculosidade.
- e) ao trabalhador que realiza a limpeza de sanitários residenciais.

42. Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constitui hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) diligência no desempenho das respectivas funções.
- b) intermitência de conduta.
- c) ato de probidade administrativa.
- d) a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis do empregado bancário.
- e) perda de requisitos estabelecidos em lei para exercício de profissão, mediante conduta intencional do obreiro.

43. Segundo prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), NÃO constitui hipótese ensejadora da rescisão indireta do contrato de trabalho:

- a) forem exigidos serviços defesos por lei.
- b) forem exigidos serviços alheios ao contrato.
- c) for tratado por seus superiores hierárquicos com rigor brando.
- d) correr perigo manifesto de mal considerável.
- e) não cumprir o empregador as obrigações do contrato.

44. Sobre o contrato de trabalho por prazo determinado previsto na CLT, é correto afirmar que:

- a) não poderá ser estipulado por mais de 180 dias.
- b) não poderá ser estipulado por mais de um ano.
- c) não poderá exceder noventa dias, no caso do contrato de experiência.
- d) não poderá exceder 45 dias, no caso do contrato de experiência.
- e) não poderá exceder 90 dias, em qualquer caso.

45. O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) banco de horas anual e salário mínimo.
- b) teletrabalho e normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- c) participação nos lucros ou resultados da empresa e repouso semanal remunerado.
- d) modalidade do registro da jornada de trabalho e valor nominal do décimo terceiro salário.
- e) regulamento empresarial, troca do dia de feriado e prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.

46. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de _____ de trabalho _____ corresponderá um repouso de _____, os quais _____ deduzidos da duração normal de trabalho.

A alternativa que corretamente completa a lacuna acima é:

- a) 90 minutos / consecutivo / 10 minutos / não serão.
- b) 90 minutos / consecutivo ou não / 10 minutos / serão.
- c) 140 minutos / consecutivo / 20 minutos / não serão.
- d) 90 minutos / consecutivo / 10 minutos / serão.
- e) 140 minutos / consecutivo / 10 minutos / serão.

47. Em relação ao trabalho intermitente, avalie:

- I. Segundo a CLT, o trabalho intermitente não designa uma relação de emprego, uma vez presente a eventualidade na prestação dos serviços.
- II. Seguindo a regra geral do Direito do Trabalho, o contrato de trabalho intermitente pode ser celebrado de forma expressa, verbal ou por escrito, ou tácita.
- III. Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses.

Está/Estão correto(s) APENAS o(s) item(ns):

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) II.

48. A respeito das regras celetistas do teletrabalho, é correto afirmar que:

- a) o teletrabalhador é considerado trabalhador externo.
- b) a legalidade do teletrabalho depende de sua realização fora das dependências do empregador de maneira preponderante.
- c) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas, que exijam sua presença, tem o condão de descaracterizar o regime de teletrabalho.
- d) as disposições relativas à responsabilidade pela aquisição dos equipamentos tecnológicos necessários à prestação do trabalho remoto serão previstas em contrato, verbal ou escrito.
- e) poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

49. No que se refere às regras celetistas sobre a jornada de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- b) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- c) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- d) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, com adicional de 50% sobre o valor da remuneração devida à época da prestação dos serviços.
- e) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

50. Em seguida a cada período diário de trabalho do jornalista profissional haverá um intervalo mínimo de:

- a) 9 horas, destinado ao repouso.
- b) 10 horas, destinado ao repouso.
- c) 11 horas, destinado ao repouso.
- d) 12 horas, destinado ao repouso.
- e) 13 horas, destinado ao repouso.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Com relação ao domicílio civil, assinale a alternativa correta.

- a) O Código Civil adota o princípio da unicidade domiciliar, inviabilizando, destarte, que uma pessoa possa manter mais de um domicílio.
- b) O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é a capital do Estado onde for encontrada.
- c) A União tem por domicílio Brasília.
- d) O domicílio do marítimo é o lugar onde o navio estiver matriculado.
- e) As partes podem especificar, em contratos escritos ou verbais, domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

52. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas poderá alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) Temor reverencial equipara-se à coação.
- d) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido da outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e) A lesão vicia o negócio jurídico, ainda que a parte favorecida concorde com a redução do proveito obtido.

53. Com relação ao adimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga-o a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- b) O portador da quitação não se considera autorizado a receber o pagamento.
- c) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se convencionou.
- d) A entrega do título ao devedor, por si só, não firma presunção de pagamento.
- e) O pagamento deve ser efetuado no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente.

54. Com relação à prestação de serviço, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o contrato de prestação de serviço quando não se tiver fixado a retribuição do prestador.
- b) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de 4 anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta.
- c) Se o prestador de serviço for despedido sem justa causa, a outra parte será obrigada a pagar-lhe por inteiro a retribuição vencida, e a que lhe tocava de então ao termo final do contrato.
- d) O prestador de serviço pode dar substituto que o prestem ainda que sem aprazimento da outra parte.
- e) Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante um ano.

55. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O incapaz responde integralmente pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) O empregador responde objetivamente pelos atos praticados por seus empregados, desde que comprovada a culpa destes pela causação do dano.
- c) A obrigação de prestar reparação civil não se transmite com a herança.
- d) A indenização mede-se pela extensão do dano, ainda que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano causado.
- e) A indenização pelo preço de afeição pode superar o preço ordinário do bem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thálius Moraes

56. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente os princípios e seus respectivos conceitos:

- 1) Livre convencimento motivado
 - 2) Instrumentalidade das formas
 - 3) Inafastabilidade da jurisdição
 - 4) Aderência ao território
- () Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito
- () O poder do juiz de decidir, fundamentadamente, de acordo com sua convicção jurídica, observando os fatos e as provas existentes no processo.
- () Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- () A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.
- a) 3, 1, 2 e 4.
 - b) 3, 2, 1 e 4.
 - c) 1, 3, 4 e 2.
 - d) 1, 3, 2 e 4.
 - e) 4, 2, 1 e 3.

57. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa correta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Todas as ações ficam suspensas durante o período de férias forenses, onde as houver.
- d) Além dos dias declarados em lei, os domingos, para efeito forense, são considerados feriados, os sábados, contudo, são considerados dias úteis.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

58. Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta

- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação.
- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

59. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- b) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

60. Considerando as disposições do CPC acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
- c) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- e) O recurso cabível contra os despachos é o agravo de instrumento.
- e) A desistência do recurso pode ser feita a qualquer momento, independentemente da anuência da parte contrária.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-AJ-OJA-12-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>